



Ranking de Notícias: Abertura de julgamentos da Receita no RJ foi destaque

A Justiça Federal do Rio de Janeiro acolheu, em decisão liminar, pedido da OAB-RJ para que os julgamentos de primeira instância da Receita Federal feitos no estado sejam abertos à participação de contribuintes e seus advogados. A decisão abriu um precedente que poderá ser seguido em todo o país. As seccionais do Distrito Federal, Minas Gerais e Santa Catarina se preparam para ingressar na Justiça pleiteando o mesmo direito. O tema será discutido na primeira reunião do ano da Comissão de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Devolução ao INSS

Em Minas Gerais, a Justiça Federal condenou a Votorantim Metais Zinco a pagar os valores gastos pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) com trabalhador que lesionou a coluna em acidente de trabalho. De acordo com a decisão, as contribuições rotineiras de uma empresa para a seguridade social não impedem que ela seja alvo de ação regressiva contra ato considerado negligente. O valor ultrapassa R\$ 500 mil. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

Prisão domiciliar

Na Justiça do Rio de Janeiro, embora prevaleça atualmente a aplicação da prisão domiciliar para o regime aberto, o tema ainda está longe de estar pacificado. De acordo com levantamento feito pela **ConJur**, das 44 decisões proferidas no segundo semestre de 2013 deferindo a progressão de pena para o regime aberto, 27% determinaram que ela fosse cumprida em uma das duas Casas de Albergado do estado. Embora não haja nenhum levantamento a respeito, advogados, defensores públicos e juízes da área criminal concordam que desde 2010 as decisões da Vara de Execuções Penais passaram a dar preferência ao cumprimento em prisão domiciliar. Naquele ano, o sistema prisional do Rio de Janeiro adotou o uso das tornezeleiras eletrônicas. *Clique [aqui](#) para ler a notícia.*

ESPECIAIS

Entrevista de domingo

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, o advogado de Marcos Valério no processo do mensalão, Marcelo Leonardo, diz que seu cliente foi injustiçado ao ser condenado pelo STF à pena mais elevada, mesmo sem ter qualquer poder de comando. “Ele foi transformado em um personagem importante do caso, quando na realidade era o suposto operador do intermediário”, afirma. *Clique [aqui](#) para ler a entrevista.*



Coluna da semana

Na coluna Direito de Defesa, o advogado Pierpaolo Bottini faz uma nova análise da Lei Anticorrupção (12.846/13), que entrou em vigor esta semana. Em seu texto o advogado aborda algumas preocupações destacadas por juízes, advogados e empresários, em recentes seminários e debates sobre o tema. A primeira preocupação diz respeito à amplitude dos órgãos que passam a ter competência para apurar os atos de corrupção das empresas e aplicar sanções. *Clique [aqui](#) para ler.*

Artigo da semana

Em artigo publicado no dia 28 de janeiro, o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo Carlos Henrique Abrão questiona a imunidade tributária dos templos religiosos e atividades congêneres. “Não se justifica mais essa parafernália no modelo de expansão do neoprottestantismo e do ecumenismo cotidianos. Estamos assistindo ao crescimento desmesurado de pseudosseitas religiosas, as quais mais enriquecem seus pastores do que o próprio rebanho”, diz. *Clique [aqui](#) para ler.*

Audiência

Medição do Google Analytics aponta que a **ConJur** recebeu 439,7 mil visitas e teve 982,4 mil visualizações de página de 24 a 30 de janeiro. A quarta-feira (29/1) foi o dia com mais acessos, quando o site recebeu 87,5 mil visitas.

Mais uma vez, o texto mais lido nesse período mostrou o alcance das mídias sociais. Devido aos compartilhamentos no Facebook, uma notícia de 2009 sobre a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre danos morais foi a mais lida, com 35,8 mil acessos. *Clique [aqui](#) para ler.*

O segundo texto mais lido, com 16,3 mil acessos, foi sobre a decisão de um juiz do Distrito Federal que, ao absolver um homem acusado de tentar entrar em um presídio com drogas, declarou que é ilegal e equivocada a Portaria 344/1998 do Ministério da Saúde, que coloca a maconha na lista de drogas ilícitas no Brasil. Para ele é incoerente que a maconha seja proibida, enquanto o álcool e o tabaco têm a venda liberada, “gerando milhões de lucro para os empresários”. *Clique [aqui](#) para ler.*

As 10 mais lidas

[STJ define valor de indenizações por danos morais](#)

[Proibição da maconha é ilegal e equivocada, diz juiz do DF](#)

[Indignai-vos! E estocai comida! Nada tendes a perder a não ser...](#)

[Justiça determina nova correção do saldo do FGTS](#)

[Joaquim Barbosa critica colegas e é ironizado por advogado](#)

[Árbitro criticado em charge deve receber indenização](#)

[Mudança na correção monetária do FGTS foi destaque](#)

[Pedrinhas: as lágrimas que me descem em slow motion](#)

["Papel central de Marcos Valério foi forjado por políticos"](#)

[Casais devem compreender comunhão parcial de bens](#)



Destaques da Semana

[Julgamentos da Receita Federal serão abertos no Rio de Janeiro](#)

[Empresa deve devolver R\\$ 500 mil a INSS por acidentes](#)

[Juiz ignorou provas ao suspender análise de pedido de Dirceu](#)

[Google deve filtrar busca e evitar ligação de nome a ofensas](#)

[Convênio com entidade privada não pode ser feito por decreto](#)

[Juiz do Distrito Federal diz que proibição da maconha é ilegal](#)

[Conselho julgará se há limites para recomendações do MP](#)

[Dirceu recorre ao Supremo contra suspensão de benefício](#)

[Aplicação de prisão domiciliar gera controvérsia e divide TJ-RJ](#)

["Papel central de Marcos Valério foi forjado por políticos"](#)

[Reajuste do IPTU mostra divergência de entendimentos no STF](#)

[Possibilidade de o MP propor acordos divide opiniões](#)

[Gravidade abstrata não pode fundamentar decisão na esfera penal](#)

[OAB quer entrar em ação sobre acesso a dados da Receita](#)